

# Ambiguidade, Multidimensionalidade e Disputas nas Manifestações do Brasil

**Carol Proner**

*Doutora em Direito, professora de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ, diretora do Master en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo UPO-UNIA, Sevilha-ES.*

## I. A AMBIGUIDADE DOS PROTESTOS MULTIDIMENSIONAIS

As manifestações que tomaram as ruas das grandes cidades brasileiras a partir de junho de 2013 e que prometem se intensificar em 2014 ainda surpreendem e causam perplexidade. Os protestos ou Jornadas de Junho, como têm sido chamados, surgiram para contestar aumentos nas tarifas de transporte público nas principais cidades do país.<sup>1</sup> Embora tenham histórico muito anterior a 2013, as reivindicações por redução de tarifas eclodiram no mês de junho, levando às ruas milhares de pessoas que passaram a contestar também outras pautas.

Até os dias de hoje os reais objetivos das manifestações, os protagonistas e os sentidos dos protestos e seu futuro continuam sendo de difícil análise. Não há consenso entre intelectuais, jornalistas e políticos sobre se foi um momento pontual, até que ponto foi espontâneo, etc., mas há consenso sobre sua importância como prenúncio de transformação da sociedade brasileira.

Em um livro que discute a “geração A1-5” e os movimento de Maio de 68 na França (**Duas revoluções intransitivas**, editora Argumento, 2004), Luciano Martins delinea algumas características recorrentes aos

---

<sup>1</sup> Principais manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Fortaleza, Manaus, Natal, Recife, Maceió, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre.

movimentos de protesto, destacando a inerente natureza premonitória que vai mais além da capacidade de transformação imediata. Mesmo tratando-se do movimento Maio de 68, e sabendo que compará-lo aos protestos no Brasil de hoje seria absolutamente inadequado, o autor apresenta elementos de caráter geral que podem servir para a reflexão sobre as manifestações que aconteceram no Brasil em 2013.

Afirma, por exemplo, que os protestos guardam em si diferentes tempos históricos, sendo efêmeros ao mesmo tempo em que são capazes de indicar tendências para além do aqui e agora, assinalando tempos de transformação.

Inquietam justamente por essa ambiguidade dramática de apontarem para situações de horizonte que nem sempre são compreendidas, pois encerram novos conteúdos sociais e formas de comportamento inéditas. São ao mesmo tempo prematuros e atuais, contêm proposições utópicas e não conseguem converter-se propriamente numa estratégia política (MARTINS, L., *Op. cit.*, p.126).

Os protestos partem de inconformismos e do estranhamento dos que se rebelam em relação à sociedade, e, como tal, têm o potencial de desnudar problemáticas desta mesma sociedade e de visibilizar as fissuras e contradições que vão mais além das causas deflagradoras. Por vezes, como em Maio de 68, as manifestações são capazes de apontar para novas e paradigmáticas realidades sociais e denotar causas políticas e econômicas capazes de conduzir a uma dinâmica de transformação mais adiante.

O inconformismo presente nos protestos não é meramente reativo, mas crítico e propositivo, embora com limitada capacidade de transformação. Conforme ressalta Martins, é dessa ambiguidade que o protesto extrai a força maior, a grande capacidade propositiva; porém, essa é também sua principal limitação: a reduzida capacidade imediata de transformação.

No Brasil, as manifestações não são exceção à regra da ambiguidade, assim como também possuem a característica multidimensional que é comum a esse tipo de movimento e que agrava ainda mais a ambiguidade inerente: a multiplicidade de alvos simultaneamente questionados e a (baixa) profundidade da crítica pelo protesto (característica horizontal e vertical presente nesses movimentos).

Os manifestantes, para além das pautas deflagradoras relacionadas com a questão específica do reajuste de tarifas do transporte público, passaram a multiplicar os focos de crítica.

As manifestações passaram a ter outro caráter e temáticas associadas à PEC 37/2011<sup>2</sup> e à PEC 33/2011<sup>3</sup>, ao Projeto apelidado de “cura gay”,<sup>4</sup> ao projeto do Ato Médico<sup>5</sup>, aos gastos com a Copa das Confederações e à subordinação das autoridades brasileiras à FIFA, gastos com a Copa do Mundo e também a pautas transversais e difusas como o “fim da corrupção”.

A convocação das manifestações, assim como tem sido comum em outras parte do mundo, foi feita maciçamente por meio de redes sociais, bem como a discussão das novas pautas utilizou-se da Internet como “lugar” de encontro.<sup>6</sup>

Em 17 junho de 2013, ainda no início dos protestos, um vídeo intitulado “Anonymous Brasil – As 5 causas!”, de autoria do coletivo Anonymous,<sup>7</sup> é lançado na Internet anunciando haver cinco motivos consensuais para as manifestações: a rejeição ao PEC 37/2011; a renúncia de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal<sup>8</sup>; as investigações e a punição de irregularidades nas obras da Copa do Mundo; a lei que torna corrupção crime hediondo<sup>9</sup> e a PEC 130/2007, que revoga dispositivos que garantem a prerrogativa de “foro privilegiado” para autoridades.<sup>10</sup> O vídeo contou com mais de um milhão de acessos em menos de 24 horas na Internet.

---

2 Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 37/2011), pelos Deputados Lourival Mendes (PTdoB-MA) e outros, que: “Acrescenta o § 10 ao Art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal”. A emenda foi arquivada.

3 Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 33/2011) pelos Deputados Nazareno Fonteles (PT-PI) e outros que: “Altera a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de Emendas à Constituição”. Atualmente na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Especial.

4 O Projeto de Decreto Legislativo do deputado federal João Campos (PSDB-GO), protocolado na Câmara em 2011 propunha suprimir a resolução do Conselho Federal de Psicologia que entendia a homossexualidade uma variação natural da sexualidade humana, e que não poderia ser considerada como condição patológica. O Projeto, que tinha sido aprovado na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, foi arquivado em votação simbólica pelos Deputados.

5 Projeto de lei que estabelece quais atos ou procedimentos serão privativos de médicos, quais serão compartilhados com outros profissionais de saúde e quais serão exclusivos desses outros profissionais. O texto proposto suscitou debates sobre as competências de cada categoria profissional. O projeto foi aprovado pelo Senado em 18/06/2013 e sancionado pela Presidenta Dilma.

6 Segundo a *pesquisa IBOPE/jun2013*, 38% dos manifestantes foram às passeatas para protestar por melhorias no serviço de transporte público. Para 30%, a maior motivação foi de natureza política, como o combate à corrupção. Cerca de 12% manifestaram em defesa dos serviços públicos de saúde; 6%, contra a PEC 37; 5%, contra os gastos com a Copa do Mundo; e outros 5% por mais investimentos em educação. A pesquisa mostra ainda que 46% dos manifestantes nunca haviam participado de um protesto antes. Quase 80% dos que foram às ruas, se organizaram para as passeatas por meio das redes sociais.

7 <http://www.anonymousbrasil.com/>

8 Senador eleito para presidir o Senado Federal em janeiro de 2013 mesmo sob diversas acusações de irregularidades sobre mal uso de dinheiro público, nepotismo, tráfico de influências e outros.

9 Aprovado pelo Plenário do Senado em 26 de junho o projeto de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT), que inclui a corrupção ativa e passiva no rol de crimes hediondos.

10 Apresentação da Proposta de Emenda à Constituição pelo Deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ambíguos e multidimensionais, o que os diferencia de outras formulações de contestação é que o protesto nega o sistema e os modelos alternativos de organização e transformação existentes, rejeitando signos e associações com movimentos partidários, sindicais ou outros.

As manifestações de junho também repudiaram a presença de bandeiras de partidos políticos, o que levou alguns intelectuais a entenderem os movimentos de rua com propensão ao anti-institucionalismo ou ao apartidarismo ou ainda movimentos antipolíticos.

Não restou claro se as manifestações seriam majoritariamente apartidárias ou antipartidárias, bem como não faltaram acusações de que a mobilização social continha elementos antidemocráticos e até fascistas, como em outros lugares do mundo já se revelaram. De qualquer modo, a rejeição à presença de bandeiras partidárias e de outras agremiações pode bem ser analisada como crítica aos tradicionais modelos de representação política, burocrática, sindical, às estratégias de luta dos movimentos sociais tradicionais e, em suma, uma oposição ao sistema do qual também fazem parte as representações de esquerda ou progressistas.

Mesmo com certa hostilidade, os partidos se fizeram presentes nas manifestações. Em 11 de julho foi realizado o Dia Nacional de Luta, promovido pelas maiores centrais sindicais do país e que pode ser entendido como o momento de participação organizada dos trabalhadores e de partidos de esquerda nos protestos. Entre as pautas estavam o fim do Fator Previdenciário<sup>11</sup>, a redução de jornada para 40 horas<sup>12</sup>, o combate ao projeto de lei que visa ampliar as terceirizações<sup>13</sup> e também a criação de um marco regulatório dos meios de comunicação (com protestos em frente à sede da Rede Globo em SP).<sup>14</sup>

---

11 Bandeira de luta das centrais sindicais, foi criado em 199 (2o Governo Fernando Henrique Cardoso) como o objetivo de inibir aposentadorias precoces e controlar gastos na Previdência Social. O problema é que a aplicação do fator previdenciário chega a reduzir em 40% o valor da aposentadoria do trabalhador. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) classifica o fator como “mecanismo perverso” e que já teria retirado dos trabalhadores mais de 60 bilhões de reais.

12 Demanda histórica e defendida pelas centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tem uma série de argumentos que apontam para um cenário possível e que representará um novo marco para a sociedade brasileira e com impacto possível na economia. Para mais de 30 categorias, essa redução da jornada de trabalho já é realidade e foi conquistada nas negociações coletivas. Para os demais, as diversas formas de flexibilização do tempo de trabalho, como a hora extra ou o banco de horas, levam à perda, por parte da classe trabalhadora, do controle do tempo de trabalho ou do tempo livre, já que é comum que o empregador seja quem defina quando o empregado vai trabalhar a mais ou a menos, sem consulta prévia. (Ver <http://www.cut.org.br/>).

13 PL 4.330/2004.

14 Dezenas de entidades do movimento social movem uma campanha Para Expressar a Liberdade, impulsionada também pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) promovendo Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica para regulamentar os artigos 5, 21, 221, 222 e 223 da Constituição de

A complexidade das temáticas crescia a cada nova (oportunidade de) manifestação, incluindo algumas pautas regressivas ou reacionárias sobre direitos humanos, como as manifestações de setores de médicos contra a Medica Provisória 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos para o Brasil.<sup>15</sup> Ou a manifestação “contra a ditadura comunista” e pela volta dos militares ao poder, que reuniu menos de 100 pessoas na Avenida Paulista em 10 de junho de 2013. O ato foi organizado por entidades com inclinação nacionalista como Pátria Minha, União de Combate à Corrupção (UCC), Organização de Combate à Corrupção (OCC) e Mexeu com o Brasil Mexeu Comigo e contou com integrantes de grupos de extrema direita como Resistência Nacionalista, Frente Integralista Brasileira e Carrecas do ABC.

Vale recordar ainda a reedição da “Marcha da Família com Deus, pela Liberdade”, realizada em 22 de junho em Brasília, movimento originalmente criado pelos setores conservadores da Igreja respaldando civilmente o Golpe Militar e a ditadura. Com o Golpe Militar, a classe média aderiu à marcha estimulada pela igreja e pela mídia com o argumento de que o comunismo seria implantado pelo Governo João Goulart. Em 2013, foi convocada a reedição pelas redes sociais e recebeu o apoio de lideranças evangélicas, espírita e por figuras emblemáticas da mídia e da política atual, com a então apresentadora do SBT Rachel Sheherazade, o Deputado Pastor Marcos Feliciano e o pastor Silas Malafaia.

Das ruas também ecoavam críticas sobre o modelo de desenvolvimento acelerado adotado pelo Brasil nos últimos anos, o preço da visibilidade internacional do país, os efeitos das metas e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),<sup>16</sup> os custos para as cidades e a dis-

---

1988, e substituir a legislação vigente — o Código Brasileiro de Telecomunicações, que é de 1962. Alertam, entre outras razões, que grupos como mulheres, trabalhadores, negros, sertanejos, índios, camponeses, gays, lésbicas e tantos outros foram seguem sendo invisibilizados pela mídia nestas cinco décadas.

15 O Programa lançado em 8 de julho de 2013 pelo governo federal para suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades, tem como meta 15 mil médicos para as áreas onde faltam profissionais, contemplando mais de 50 milhões de pessoas. A vinda de médicos de outros países, especialmente de Cuba, foi alvo de duras críticas de associações representativas da categoria, sociedade civil, estudantes da área da saúde e inclusive do Ministério Público do Trabalho. Ver [www.saude.gov.br/maismedicos](http://www.saude.gov.br/maismedicos).

16 Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC) lançado em 28 de janeiro de 2007 pelo governo federal engloba um conjunto de políticas econômicas com investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo prioridade a infraestrutura, saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. O PAC II, iniciado em 2011, já conta com mais de 82% das obras concluídas, contou com mais de 30 mil empreendimentos, e contribui para a geração de empregos em todo o Brasil, acarretando na menor taxa de desocupação em toda a série histórica: 4,3%, em dezembro de 2013, conforme apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Partidos de esquerda, como o PSOL, criticam o PAC dizendo que os elementos fundantes do atual modelo econômico brasileiro, neoliberal, não prosseguir. Apontam contradição entre as intenções de uma aceleração do crescimento e uma estrutura que não é tocada pelas estruturas do PAC, que produz a estagnação ou o baixíssimo crescimento em relação às potencialidades brasileiras.

cussão sobre o modelo ideal de urbanismo, temas amplos que incluíam pautas locais e vivenciais.

O artigo do geógrafo David Harvey, “Territórios transversais”, publicado no livro **Cidades Rebeldes** (Boitempo, 2013) problematiza a liberdade da cidade que se reduz ao direito a ter acesso ao que já existe e não a transformá-la ou recriá-la. O tema da mobilidade, organização, saneamento e ocupação das cidades vai além da competência burocrático-urbanística, alcançando a esfera individual e coletiva do tipo de cidade que se quer para o tipo de pessoa que se quer ser e, como tal, “A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades dessa maneira é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos”.

O tema das cidades ganha voz nas ruas, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Outros autores destacaram o entrelaçamento de pautas e agendas à questão urbana e ao tema da mobilidade e da vida privada, como a questão dos megaeventos e suas lógicas de gentrificação e limpeza social (Ver artigo da urbanista Ermínia Maricato “É a questão urbana, estúpido!”, **Cidades Rebeldes**, Boitempo, 2013) ou o processo excludente de cidade e a militarização de território populares (artigo de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, “Territórios transversais” no mesmo livro).

Transversal a todas as pautas foram os protestos contra a repressão policial durante as manifestações e a – mais uma vez comprovada – necessidade de reforma das instituições de segurança pública, com ênfase na reforma ou até a extinção/substituição da polícia militar, que ainda representa uma das permanências autoritárias do regime ditatorial militar.

A ação policial com o fim de conter manifestantes recebeu duras críticas desde os primeiros protestos, não apenas pelo (mal) uso de armas tidas como “não letais” (balas de borracha, *spray* de pimenta e outras) que causaram danos graves à integridade física de alguns manifestantes, como também pelas detenções arbitrárias e o uso de policiais infiltrados nos protestos simulando situações de ilegalidade. Foi emblemática a prisão de cerca de 60 manifestantes em São Paulo pelo “porte de vinagre”, usado como forma de combater os efeitos do gás lacrimogêneo e do *spray* de pimenta.

Também no Brasil, portanto, pela quantidade das pautas e de protagonistas nos protestos, agudiza-se a característica da ambiguidade já descrita, de movimentos prematuros e ao mesmo tempo atuais; utópicos e propositivos, embora insuficientes para criar estratégias de transformação.

Como em outros protestos pelo mundo, os que participaram das manifestações do Brasil também não forjaram líderes ou guias, aparentemente rejeitando a figura carismática da liderança. Esse costuma ser mais um traço distintivo dos protestos e consequência da lógica segundo a qual, ao procurar uma nova racionalidade política, rompem-se as concepções carismáticas e tecnocráticas tanto de organização como de transformação da sociedade.

Daí, como destaca Martins, são grandes as perplexidades que o protesto provoca, já que não se enquadra em nenhum dos esquemas ideológicos convencionais: “O fato de serem considerados ou classificados como marxistas, leninistas, anarquistas, surrealistas, serve apenas para revelar e encobrir a própria novidade de que são portadores, eles já são *trans* tudo isso. Transcendem tanto na formulação como na práxis os esquemas convencionais de referência política, superando qualquer enfoque que, reduzindo-o a isso, o queira definir ou analisar. Sob esses aspectos, o protesto parece constituir um fenômeno histórico extremamente interessante.” (Duas manifestações Intransitivas, editora Argumento, 2004, p. 152).<sup>17</sup>

## **II. MULTITUDE DE PROTAGONISTAS: JUVENTUDE, PARTIDOS, SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, GRUPOS RELIGIOSOS, *BLACK BLOCS*, TRABALHADORES, MÍDIA, GOVERNO E MAIS**

O perfil dos manifestantes das Jornadas de Junho revelou que 52% são estudantes, 43% têm ensino superior completo, 43% têm menos de 24 anos, 46% nunca tinham participado de manifestações, 83% não se sentem representados por qualquer partido político, 96% não são filiados a partido político, 49% tinham renda familiar superior a cinco salários mínimos – o equivalente a R\$ 3.390, 66% acreditam que depredações de bens públicos e privados são injustificáveis, 94% acreditam que suas reivindicações serão atendidas.<sup>18</sup>

Naquilo que diz respeito à participação dos jovens, entra em cena outro elemento comum aos protestos: o protagonismo da juventude

---

<sup>17</sup> O PSOL, partido que apoiou e participou amplamente das manifestações, quando questionado sobre relações as relações com os *black blocs*, respondeu que nenhuma, que historicamente a relação entre socialistas e anarquistas é tumultuada e distante e que o PSOL nunca concordou com os métodos de luta deles, nem nunca estabeleceu relações orgânicas e nem de parceria.

<sup>18</sup> Pesquisa IBOBE em 24 de junho de 2013.

como sujeito privilegiado das manifestações. O privilégio não é necessariamente econômico de produção ou faixa de renda, mas de inserção a um sistema de conhecimento estratégico, um poder operacional que, nos tempos atuais, revela-se particularmente importante também no domínio da Internet (questão geracional).<sup>19</sup>

Ao mesmo tempo, como alerta Martins, o estudante, enquanto “tipo ideal”, está momentaneamente separado do sistema burocrático-produtivo, embora dele oriundo e, como privilegiado, é também dotado das condições críticas para julgá-lo, estando livre das responsabilidades na construção e administração da sociedade herdada e também livre dos mecanismos de que ela dispõe para neutralizar ou confundir os impulsos voltados para a sua negação. Por isso, o jovem está propenso a exercer a negação de forma muito mais radical que outros protagonistas.

A contradição da posição da juventude reside em que essa liberdade tem um prazo biológico fatal, transitório, por ser estudante jovem até que passe a fazer parte das engrenagens da sociedade. Ao mesmo tempo, e seguindo a ambiguidade antes mencionadas quanto aos limites do alcance transformador do protesto, se ser jovem e estudante faz com que se detenha o privilégio do conhecimento nos dias de hoje, é verdade que estes ainda não detêm o controle dos meios políticos indispensáveis para a transformação da sociedade.

Outros protagonistas tendem a se incorporar nos protestos e, no caso brasileiro, isto ocorreu de forma secundária. Os sindicatos e partidos quando atuam nas manifestações funcionam como fatores e agentes de integração dos clamores ao sistema e à lógica partidária ou sindical, buscando adaptar pautas de reivindicação. Nesse sentido, observa Martins que comumente ocorre uma distância entre o comportamento de protesto por direitos (agenda progressista) e o comportamento tradicional das esquerdas, causando discordância inevitável.<sup>20</sup>

19 A questão geracional precisa ser considerada. Os protestos reúnem a Geração Y e a Geração Z. A Geração Y, também chamada de geração do milênio ou geração da Internet, conceito que em sociologia se refere aos nascidos após 1980 até meados da década de 90, desenvolveu-se numa época de grandes avanços tecnológicos e prosperidade econômica e acostumadas a utilizar aparelhos de alta tecnologia, como telefones celulares de última geração. Já a Geração Z, chamados de nativos digitais, é a definição sociológica para a geração de pessoas nascidas no final da década de 90 até o ano de 2010, indivíduos totalmente familiarizados com as últimas tecnologias digitais e não encontrariam dificuldade alguma em aprender a lidar com as novidades que aparecem praticamente todos os dias nesse mercado, diferentemente dos membros das gerações que os antecedem. O “Z” vem de “zapear”, “Zap”, do inglês, significa “fazer algo muito rapidamente” e também “energia” ou “entusiasmo”. São tempos em que os jovens superam os pais em tecnologia, sabem “mais” que os adultos.

20 Segundo Martins, em Maio de 68 o distanciamento entre a esquerda do protesto e a esquerda oficial foi inevitável. Para a esquerda, o comportamento dos manifestantes era provocativo, inconcebível e estranho aos esquemas de referência política. *Op. cit.*, p. 150.



Há um sentido de entender que a luta com a centralidade do trabalho, feita por sindicatos e partidos de esquerda, tentará manter o controle sobre os manifestantes e o tipo de luta de engajamento que, pelas características já mencionadas, não se coaduna aos modelos hierárquicos e de conquistas graduais e históricas dos partidos tradicionais. Os protestos multidimensionais repudiam o conceito carismático de liderança e, como tal, também tendem a subverter as bases sindicais e partidárias.

No Brasil não foi diferente. O cientista político Giuseppe Cocco, um dos intelectuais que é contundente crítico do Partido dos Trabalhadores e do governo, responde as acusações vindas de setores da esquerda partidária de que aos movimentos de junho lhes faltaria organicidade, liderança e ‘projeto’. Cocco devolve a pergunta/acusação indagando qual seria a organicidade e os projetos desses partidos. Para ele, que defende a força dos protestos, é justamente na falta de organização formal e na multiplicidade das singularidades que jaz a força das manifestações, “sem lideranças e, por isso, mais potentes”.<sup>21</sup>

Giuseppe Cocco questiona o papel atualmente assumido pelos partidos tradicionais, que “parecem funcionar como coalizões espúrias de estratégias personalistas, grupos de interesse econômico que formam bandadas bem pouco ‘republicanas’ a partir do peso de determinados lobbies (agronegócio, telecomunicações, evangélicos, etc.) que passam por cima das próprias instâncias partidárias”.

O caso brasileiro reúne um componente atípico que é o fato de o partido da Presidenta Dilma Rousseff ser um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980 e que representa um dos maiores movimentos partidários de esquerda das Américas, possui mais de um milhão e meio de filiados e é o segundo maior partido do país.

Os protestos e a transformação das narrativas e pautas nas sucessivas manifestações de rua, críticas aos políticos de modo generalizado, encontram aí um ponto de ambiguidade, pois Dilma é também a sucessora de Lula, das conquistas sociais mais importantes da história do país e que impulsiona um modelo exitoso economicamente, prodigioso do ponto de vista do desenvolvimento com transferência de renda e diminuição da pobreza. Outro dado significativo é que hoje (05 de fevereiro de 2014) as pesquisas indicam que Dilma seria reeleita com 60% dos votos válidos, ou

---

21 Entrevista concedida à *Revista do Instituto Humanitas da UNISINOS*. [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5308&secao=434](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5308&secao=434).

seja, no primeiro turno das eleições presidenciais, contando com o apoio significativo da juventude carente economicamente.

Impactada com as mobilizações, em especial com as manifestações de 20 de junho, quando cerca de 35 mil pessoas ocuparam a Explanada dos Ministérios e apedrejaram o edifício do Ministério das Relações Exteriores,<sup>22</sup> a Presidenta Dilma, depois de se reunir com membros do Movimento Passe Livre, convidou prefeitos e governadores para apresentar o que chamou de cinco pactos nacionais a serem implementados pelos três níveis de governo: (i) transporte público; (ii) reforma política e combate à corrupção; (iii) saúde; (iv) educação e; (v) responsabilidade fiscal.

O programa dos 5 pactos foi uma resposta imediata do Governo aos protestos, com o objetivo de chamá-los ao debate das causas principais verbalizadas pelos manifestantes nas ruas, mas também uma tentativa de colocar o debate em nível institucional, governamental, regional e municipal, utilizando-se, para isso, das estruturas democráticas de deliberação, partidária, sindical, movimentos sociais e manifestantes com representação para o diálogo.

A pauta dos pactos trouxe debates importantes que passaram a ocupar as notícias nos dias seguintes ao encontro, em especial sobre a proposta de reforma política e a criação de um plebiscito para a criação de uma assembleia constituinte exclusiva que conduziria tal reforma. O governo aproveitou a insatisfação das ruas para acelerar agendas de seu interesse, como a instalação do Programa Mais Médicos, mesmo diante de protesto de entidades médicas e da mídia.

A partir de julho as manifestações de rua arrefeceram com a entrada em cena de outros protagonistas, os anarquistas, colocando em prática as táticas black bloc (bloco negro) dedicadas a atacar e depredar símbolos do capitalismo e do poder. Manifestantes vestidos com roupas e máscaras pretas acompanharam as manifestações e entraram em confronto com a polícia, no exercício das táticas ou mesmo como reflexo a agressão e perseguição das forças policiais.

Alguns jovens que participaram das táticas aceitaram falar para uma rede de televisão,<sup>23</sup> explicaram que a (tática) *Black Bloc* Brasil é a mesma em todo o mundo, que os praticantes não formam um grupo, nem

---

22 Neste mesmo dia também ocorreram manifestações no Rio de Janeiro (300 mil pessoas), em Vitória (100 mil pessoas), em São Paulo (100 mil pessoas) e em Manaus (100 mil pessoas).

23 Programa "Sem Fronteiras" e "Fantástico" – **Globo**.

uma organização, mas utilizam uma tática, um meio de agir nos protestos. Não fazem reuniões, mas se reúnem em local e hora predeterminado para planejar as ações, não têm liderança, nem eles mesmo sabem quantas pessoas a utilizam e admitem que podem haver infiltrados.

Questionados sobre quais seriam as reivindicações, esclarecem que a *Black Bloc* tem uma ideologia, mas que os manifestantes que usam a tática normalmente concordam e se somam às reivindicações do protesto, inclusive defendendo manifestantes. **Sobre a violência, dizem que a tática não é atacar, mas somente se defender.** Segundo um integrante, “A polícia atira com bala de borracha, a polícia tem escudo, tem proteção, a polícia tem bomba de gás, a polícia tem bomba de efeito moral e a única coisa que a gente tem para se defender são madeiras, paus e pedras. Na verdade, a gente tem que responder à altura. Não diga que a gente é agressivo, nós respondemos simplesmente à altura que a polícia ataca, mas lixo na rua faz parte da tática *Black Bloc*, que atrasa a movimentação da tropa”.<sup>24</sup> Eles também se queixam de não serem ouvidos e de sofrerem a violência cotidiana contra a qual caberia o uso da desobediência civil.

A presença dos *Black Blocs* nos protestos é apontada como uma das principais causas desmobilizadoras das manifestações e, a partir de julho, o repúdio à violência é bandeira defendida também pelo movimento sindical, pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, por partidos e manifestantes com pautas específicas que se queixam da violência. Pesquisas de novembro de 2013 indicam que 81,7% da população apoiam os protestos que ocorreram desde junho, mas 93,4% não concordam com a ação dos grupos que adotam a violência como estratégia (pesquisa da Confederação Nacional do Transporte e do Instituto MDA Pesquisa – nov/2013).

O fenômeno *Black Bloc* provocou como contrapartida a resposta policial mais repressiva, deixando evidente que a instituição ainda permanece atada aos métodos autoritários dos tempos ditatoriais, revelando as “permanências autoritárias” dentro das forças de segurança pública, em especial a polícia militar.

Com a repressão às manifestações, a crítica aos abusos policiais passa a ser outra pauta transversal: críticas ao aumento da violência e perseguição aos manifestantes, a criminalização dos movimentos, e a capacidade de produzir estrutura normativa de repressão com a conivência dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

<sup>24</sup> <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/10/integrante-do-black-bloc-admite-que-movimento-ficou-fora-de-controle.html>.

O próprio governo federal tem se pronunciado de modo ambíguo, motivo de críticas especialmente em ano que se rememora os 50 anos do Golpe civil-militar de 1964. O governo, por um lado, legitima os protestos e as manifestações democráticas e, por outro, diante do anunciado movimento “Não vai ter Copa”, tonifica o rigor contra o vandalismo e os movimentos contrários ao mundial. A Presidenta Dilma já admite até mesmo o auxílio/uso das forças armadas para garantir a segurança e a plena realização da Copa do Mundo.

No dia 10 de dezembro de 2013 (Dia Internacional dos Direitos Humanos), foi lançado um manifesto com o título “Se não tiver direitos, não vai ter Copa”, assinado por cinco entidades: Movimento Passe Livre (MPL), o Fórum Popular de Saúde do Estado de São Paulo, o Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais, o Periferia Ativa e o Comitê Contra o Genocídio da População Preta, Pobre e Periférica de SP. Essas entidades garantem que junho de 2013 foi só o começo e que as pessoas, os movimentos e os coletivos indignados que querem transformar a realidade afirmam, através das diversas lutas, que sem a consolidação dos direitos sociais (saúde, educação, moradia, transporte e tantos outros) não há possibilidade de o povo brasileiro admitir megaeventos como a Copa do Mundo ou as Olimpíadas.

A repressão, mesmo diante das críticas crescentes e da desmoralização de algumas ações, seguiu crescente não apenas nas ruas como também contando com o aparato repressivo na aplicação de legislação mais gravosa e restritiva de direitos, como a utilização da Lei de Segurança Nacional, de 1935, ou Lei de Organização Criminosa, sancionada em 2013, para punir manifestantes.

O texto da Lei n. 12.850/2013, com pena prevista de 8 anos, podendo ser estendida, define: “considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional”.

Outra demonstração do aumento normativo da repressão é o projeto de Lei 2.405/2013, francamente inconstitucional, que propõe emendar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro proibindo o uso de máscaras e o anonimato nas manifestações:

*PROJETO DE LEI 2.405/2013*

*A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*

*RESOLVE:*

*Art. 1º - O direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento será protegido pelo Estado nos termos desta Lei.*

*Art. 2º - É especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação.*

*Parágrafo único - É vedada qualquer forma de anonimato no exercício do direito constitucional à reunião pública para manifestação de pensamento.*

*(...)*

Ou ainda o Projeto de Lei do Senado (de autoria do senador Romero Jucá – PMDB RR), que define crimes de terrorismo e dá outras providências:

*PROJETO DE LEI 499/2013*

*Art. 1º Esta Lei define crimes de terrorismo, estabelecendo a competência da Justiça Federal para o seu processamento e julgamento, além de dar outras providências.*

*(...)*

*Terrorismo*

*Art. 2º Provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial ou étnico:*

*Pena – reclusão, de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos.*

*§ 1º Se resulta morte:*

*Pena – reclusão, de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) anos.*

*§ 2º As penas previstas no caput e no § 1º deste artigo aumentam-se de um terço, se o crime for praticado:*

*I – contra o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal ou o Presidente do Supremo Tribunal Federal*

*II – contra Chefe de Estado ou Chefe de Governo estrangeiros;*

*III – contra agente diplomático ou consular de Estado estrangeiro ou representante de organização internacional da qual o Brasil faça parte;*

O tema do terrorismo sempre foi uma lacuna na legislação brasileira e mesmo durante a ditadura militar (Lei 7.170/83) não se conseguiu definir claramente um conteúdo preciso, tendo seu uso uma evidente conotação política. O projeto atual não define de forma clara o que seria terrorismo, dando margem a aplicação abusiva nos casos de distúrbios e atos de vandalismo. Trata-se de um tema preocupante, que merece todos os cuidados, principalmente dado o momento em que está tramitando, nas circunstâncias atuais em que também a opinião pública, sensibilizada pela morte do cinegrafista Santiago Ilídio Andrade durante os protestos de 06 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro, clama por mais punição aos ditos “vândalos” das manifestações.

Foram anos de luta até que a liberdade de expressão fosse conquistada como um direito fundamental protegido pela Constituição e pela democracia. Muitas vidas foram perdidas em atos de resistência e luta pelo restabelecimento da democracia e o projeto de lei é uma ameaça e uma porta aberta para que a semântica do terrorismo seja utilizada de modo ideológico, político e, nos tempos atuais, principalmente social.

Além do mais, a legislação penal atual possui respostas para a punição de excessos em manifestações, o crime de dano, de lesão corporal e até de homicídio (este com pena de 12 a 30 anos), sendo suficientes para regular o bom andamento dos protestos sem a necessidade de nova e mais restritiva legislação.

O projeto antiterror vem acompanhado de ações ligadas ao papel das Forças Armadas. Preocupa especialmente a publicação, pelo Ministério da Defesa, da Portaria Normativa n. 3.461, de 19 de dezembro de 2013, com a finalidade estabelecer orientações para o planejamento e o

emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Embora o Ministro Celso Amorim tenha negado que o objetivo seja este, a publicação visa claramente estabelecer as regras para permitir a contenção das manifestações que possam ameaçar a realização da Copa do Mundo e abre a porta para a atuação das Forças Armadas com ampla capacidade de deliberar sobre as manifestações e agir reprimindo os protestos.

Parece inacreditável que o Brasil, 50 anos após o golpe militar de 1964, com atos de “descomemoração” do Golpe por todo o país, ano em que a sociedade brasileira vivencia um rico debate público sobre seu passado e busca pela verdade, um verdadeiro manual para ação das Forças Armadas venha a ser aprovado pelo Ministério do Estado da Defesa, incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas e apoiado pela Presidenta Dilma, Comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Para finalizar, vale uma breve referência ao protagonismo da mídia durante a cobertura das manifestações. Os principais meios de comunicação tentaram servir como intérpretes dos acontecimentos e poucas vezes obtiveram êxito. A maior parte do tempo, confusos com fatos isolados e incapazes de separar a interpretação jornalística da partidarização e preferência de edição, produziu desinformação e contrainformação que interferiram no andamento das próprias manifestações.

Ao mesmo tempo em que manteve um discurso pro liberdade de expressão e de apoio aos protestos, ajudou no trabalho de criminalização de manifestantes, aliando-se aos discursos mais repressivos. Não cabe aqui um debate mais apurado a respeito do papel da mídia brasileira durante as manifestações, mas vale destacar que esta cumpriu uma posição protagonista, ainda que injustamente e, não poucas vezes, prestou-se ao triste papel de transformar reivindicação por direitos em jogo de interesses de seus próprios militantes e convertidos.

### **III. A DISPUTA PARA EXPLICAR AS RAZÕES DOS PROTESTOS NO BRASIL**

A principal inquietude de intelectuais atentos aos movimentos de protesto em outras regiões do mundo é que, no Brasil, assim como na Turquia, com as manifestações na Praça Taksim, o país vive uma situação econômica próspera e é dotado de estrutura institucional estável e já experimentada desde o restabelecimento da democracia.

Slavoj Žižek é um dos pensadores que está no front da interpretação do mundo atual tentando identificar sentidos comuns nos protestos ocorridos nos movimentos Occupy Wall Street, Primavera Árabe, os Indignados da Espanha e também no Brasil. O autor considera que compreender as manifestações não é apenas uma luta epistemológica, com jornalistas e teóricos tentando explicar o real conteúdo, mas também uma luta ontológica que desafia deslindar o que vem acontecendo dentro do protesto, qual a combinação de problemas, quais as respostas que serão a chave para compreender o potencial de questionamento e de transformação desses movimentos.

Para entendê-los, é preciso distinguir o que neles é proposta e o que é prática de protesto e de ação política e essa distinção revelará, no mais das vezes, também os protagonistas das ruas e as tensões e contradições de atuação e de discurso.

No Brasil não há consenso a respeito dos reais motivos dos protestos. Como visto, a voz das ruas é plural e inclui elementos e discursos progressistas e conservadores, reivindicação por direitos de liberdade e direitos sociais, políticas públicas, mas também pautas regressivas e reacionárias presentes na dinâmica da própria sociedade brasileira.

Para alguns, as manifestações são revoltas de quem está empregado, mas vivendo em condições duras e precárias de trabalho, salários baixos e sem perspectiva de futuro, manifestando dessa forma a frustração social (essa é a análise do sociólogo Ruy Braga no livro *Cidades Rebeldes*).

Para outros, é o fenômeno da chamada “nova classe média”, que reivindica por serviços de qualidade, saúde, transporte, educação, mas, como alerta Marcio Pochmann, o próprio termo “nova classe média” teria esse condão mercantil para a classe trabalhadora que experimenta um aumento de renda e direcionar a setores de serviço privado que, como consequência, tende a desvalorizar o espaço e os serviços públicos (livro **A nova classe média?** Editora Boitempo, 2012).

Em outra leitura sobre a chamada classe média, Francis Fukuyama, em artigo intitulado “A Revolução da Classe Média” (publicado no **The Wall Street Journal**), afirma que este é um fenômeno que ocorre também na Turquia, nos países da Primavera Árabe e até na China, em que os protestos não foram liderados pelos pobres, mas por uma juventude com “nível educacional acima da média”. “Eles sabem usar tecnologia e as mídias sociais como o Facebook e Twitter para espalhar informação e organizar manifestações”.



De fato, os dados das pesquisas apontam que majoritariamente os manifestantes no Brasil eram provenientes da chamada “nova classe média”, que obtiveram mais qualidade de vida ou renda aumentada nos últimos 10 anos, e indicam que surpreendentemente 69% dos que participaram dos protestos estão satisfeitos com sua vida atual (dados PNAD do IBGE). São dados como estes que tornam as análises mais desafiadoras.

Esse ganho econômico e o surgimento da “nova classe média” também gerou protestos no sentido inverso, da elite, externando revolta contra os benefícios adquiridos por setores da população que nunca tinham tido acesso a certos privilégios. Com a redução das desigualdades econômicas e sociais ocorridas nos últimos 10 anos, a possibilidade de acesso a bens era exclusiva de uma classe social elevada, ou da antiga classe média (viagens aéreas, universidade e colégios particulares, planos de saúde, bens e serviços em geral) e agora são possíveis amplamente, gerando revolta, às vezes explícita, de setores da população.

A contrariedade é ainda maior quando o acesso se dá na forma de direitos adquiridos, como a ampliação dos direitos das empregadas domésticas acabando com o trato desigual e as privações que se mantiveram desde os tempos da escravidão. Nem todos ficaram satisfeitos com o novo Brasil que se avizinha.

Não são poucas as interpretações que utilizam o argumento difuso do combate à corrupção como principal objetivo para as manifestações, mas não qualquer corrupção, e sim aquela supostamente disseminada no país na era petista. Essa versão é a preferida da grande mídia, que costuma ecoar a ideia de “basta, chegamos ao limite”. A mídia tradicional (Globo, Folha, Estadão, Veja, etc.) repete diuturnamente e à exaustão o discurso da corrupção ligada ao governo do PT, tendo transmitido o desenrolar do processo da AP 470 (chamado “Mensalão”) durante todo o ano de 2013. Como opina Márcio Pochmann, os jornais de hoje também escrevem para os seus militantes, escrevem o que eles querem ouvir. O discurso da corrupção é também conveniente em ano pré-eleitoral e talvez seja um dos argumentos mais rasos para definir as razões das manifestações de junho.

Já no campo das análises mais profundas, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos em artigo “O preço do progresso” publicado na Agência Carta Maior em 16/09/13, ao opinar sobre os motivos das manifestações no Brasil, foi contundente nas críticas ao governo brasileiro e, em especial, às opções que atribui diretamente à Presidência, ao modelo de desenvol-

vimento e à existência do que chamou de “dois Brasis”, sendo um deles o da exclusão social, das oligarquias latifundiárias, do caciquismo violento, das elites políticas restritas e racistas, origem dos tempos da colônia que tem se reproduzido de forma mutante até os dias de hoje.

Acresce ainda que as políticas de inclusão social iniciadas com Lula a partir de 2003 e que levaram a uma significativa redução da pobreza foram desaceleradas no governo Dilma, bem como teria ocorrido a desmobilização de pautas de participação democrática, tendo sido cooptadas ou neutralizadas no domínio das grandes infraestruturas e megaprojetos. Para Boaventura de Sousa Santos, as políticas de inclusão social teriam se esgotado, deixando de corresponder às expectativas de quem se sentia me-recedor de mais e melhor.

Outros críticos também responsabilizam especificamente o gover-no federal. Giuseppe Cocco, ferrenho crítico do PT e das esquerdas tradi-cionais, afirma que as brechas de transformação dos governos Lula foram definitivamente fechadas por Dilma; que as experimentações em termos de orçamento participativo não apenas foram encerradas como foram to-talmente sobrevalorizadas. O OP (Orçamento Participativo) não teria dei-xado rastros políticos de nenhum tipo.<sup>25</sup>

Embora não sejam poucos os atores a responsabilizar o governo e os partidos de esquerda ou como alvo ou como motivadores dos protestos no Brasil, é intrigante que passados seis meses dos principais protestos, a presidenta Dilma Rousseff siga líder em intenções de voto para as eleições presidenciais, somando 47% e 60% dos votos válidos, o suficiente para ven-cher no primeiro turno (Pesquisa **DataFolha** - fev/2014). O mais surpreen-dente é que o aumento indica que o típico eleitor brasileiro simpatizante de Dilma tem entre 25 e 34 anos, possui ensino médio e renda familiar mensal baixa, cerca de R\$ 1.448, ou seja, os jovens pobres do Brasil.<sup>26</sup>

Uma leitura interessante para explicar as manifestações está basea-da no perfil dos participantes, na questão geracional e no *modus operandi* dos protestos associa os motivos como aqueles forjados pelas novas es-

---

25 Às vezes parece que aos críticos que centram seu alvo no governo e no PT falta recordar que o país adota o modelo do presidencialismo de coalizão (termo cunhado por Sergio Abranches), aplicado desde a redemocrati-zação e que se assenta em dois pilares: o papel do presidente e a existência de coalizões partidárias de sustentação ao governo. Os partidos da coalizão participam do governo quase que de forma semiparlamentarista e, ao mesmo tempo, oferecendo a maioria de que dispõem no Congresso para apoiar a agenda do presidente. Na prática, trata-se da única forma de governabilidade ao presidente e assegurar a aprovação das principais propostas diante do Congresso Nacional, evitando que a oposição paralise politicamente inviabilizando o governo.

26 ver <http://oglobo.globo.com/pais/dilma-tem-simpatia-dos-eleitores-menos-escolarizados-11764800#ixzz2upNsGYqs>.

estratégias de consumo do capitalismo contemporâneo, caracterizado pela individualização extrema do consumo e pelo rompimento total com laços sociais mais perenes (leitura de Guilherme Leite Cunha na **Revista Fórum** de julho de 2013)<sup>27</sup>. Tratar-se-ia do primeiro protesto, da primeira aparição pública dos filhos do atual capitalismo, iniciado com o neoliberalismo.

Nesse perfil de sujeito do capitalismo criado sob os produtos da indústria contemporânea – a internet e as redes sociais –, desenvolve-se facilmente o ódio multifacetado, disperso, múltiplo e hiperindividualista. Guilherme Leite Cunha observa os dizeres na multidão de cartolinas individuais, contraditórias, genéricas, egocêntricas, tal qual uma *timeline* da rede. Para esse novo sujeito, não seria este ou aquele governo que trai os anseios da população, mas o próprio capital, que trabalha na contradição entre massificar e individualizar o consumo ao paroxismo e obriga o sujeito a se resolver entre a insignificância absoluta e os desejos de notoriedade. Essa leitura mais sofisticada, de enquadramento marxista, dependeria de uma análise mais profunda.

Por fim, mas não menos importante e preocupante, como causadores ou fabricantes de protestos faz-se o registro de um fenômeno diferente que vem acontecendo em algumas partes do mundo, embora longe de ser associado com as manifestações no Brasil. Trata-se de um outro tipo de protesto, programado por métodos pacíficos para desmobilizar e até destituir governos tidos como autoritários. O documentário “O negócio da revolução” denuncia a organização OTPOR-Canvas como promotora e financiadora dos levantes da Primavera Árabe, ações na Tunísia, Egito, também da Ucrânia e Venezuela.<sup>28</sup>

Imaginar que esses agentes de protestos programados estejam no Brasil seria um exagero, mas ignorar os interesses externos na política interna do Brasil é ingenuidade e erro estratégico. Basta que se observe atualmente o exemplo da Venezuela para entender que os interesses anunciados explicitamente por John Karry, que considera a América Latina como sendo o quintal dos EUA, não é mera retórica provocativa.<sup>29</sup>

Registra-se a atuação da OTPOR-Canvas e organizações do gênero porque tais elementos, inéditos na tradição de protestos no Brasil, pode-

27 <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/06/a-catar-se-da-classe-media/>

28 Otpor foi extinta, transformando-se em partido político na Sérvia, e levanta a sua bandeira no momento é a organização CANVAS - (<http://www.canvasopedia.org/>), com sede em Belgrado, atua em mais de 50 países atualmente.

29 Em abril de 2013, em discurso realizado diante o Comitê de Assuntos Exteriores da Câmara de Representantes, John Kerry quis destacar a importância de uma maior aproximação com a América Latina, porque trata-se do “quintal” de seu país. Na mesma ocasião, perguntado sobre o resultados das eleições de Nicolás Maduro, respondeu “deve haver uma recontagem [dos votos]”.

rão trazer outras variáveis no futuro para se avaliar que tipo de formulação teórica e política pode conter uma manifestação desse tipo e quais interesses representa para além dos problemas efetivos da sociedade brasileira. A pregação dos jovens estimulados pelas entidades tem um caráter anti-institucional e até mesmo golpista.

#### **IV. UM OBJETIVO MAIOR: REINVENTAR A DEMOCRACIA**

Como se pode ver, são diversos os motivos apontados por especialistas e intérpretes para as manifestações no Brasil e a resposta mais provável seria a de que não há um único motivo, nem mesmo um conjunto fechado de razões, mas trata-se de campo aberto de disputa por pautas, propostas e projetos de transformação da sociedade brasileira.

Com o decorrer dos fatos e do tempo, talvez fique mais fácil analisar especificamente as razões que motivaram as manifestações de 2013. Ao mesmo tempo, o calendário de protestos vem sendo construído por diversos atores que prometem quebrar a rotina e a normalidade dos meses de 2014, ano simbólico por tantos motivos e também ano eleitoral.

Talvez a característica premonitória dos protestos possa coincidir com o que Žižek resumiu em artigo recente, “A caminho de uma ruptura global” (Sul21, 03/07/13). Ao descrever o mal-estar e o descontentamento fluído presente nas manifestações ao redor do mundo, aponta que os protestos atuais lidam com uma combinação de ao menos dois problemas: um econômico (da corrupção à ineficiência do próprio capitalismo) e outro político-ideológico (da demanda por democracia à demanda pelo fim da democracia convencional multipartidária). Em suma, o autor resume que os protestos indicam ser necessário reinventar a democracia.

Segundo ele, “as revoltas de hoje são sustentados pela combinação de demandas sobrepostas, e é aí que está a sua força: lutam por democracia (“normal”, parlamentar) contra regimes autoritários; contra o racismo e o sexismo, especialmente quando dirigidos contra imigrantes e refugiados; contra a corrupção na política e nos negócios (poluição industrial do meio ambiente etc.); pelo estado de bem-estar contra o neoliberalismo; e por novas formas de democracia que avancem além dos rituais multipartidários. Questionam também o sistema capitalista global como tal, e tentam manter viva a ideia de uma sociedade que avance além do capitalismo”.

O Brasil já não poderá seguir indiferente aos efeitos das manifestações de junho, pois, seja como for, os inconformismos estão à mostra, as fissuras estão aparentes e as contradições permanecem. As manifestações prenunciam diferentes tempos históricos, tempos atuais e prematuros, críticas históricas e indícios de uma sociedade global em transformação. O espaço de disputa segue aberto, bem como a capacidade de conduzir a uma dinâmica de transformação mais adiante. ❖